

PATRIÓTICA HOMENAGEM

Ao Dr. José Bonifácio de Sousa, neto materno do 18º
signatário da mensagem aqui transcrita

JÚLIO ABREU

Conhecida como é a chamada *Questão Christie*, não nos será preciso pormenorizar as violências e arbitrariedades que, a pretexto do naufrágio ocorrido em 1861, na costa do Albardão (Rio Grande do Sul), da barca inglesa *Prince of Wales*, e da detenção, em 1862, de dois oficiais da fragata *Ford*, também inglesa, em um posto policial da Tijuca, foram praticadas no Rio de Janeiro pelo ministro plenipotenciário da Inglaterra e levaram o Brasil à medida extrema que lhe impunham a honra e a dignidade, qual a de romper relações diplomáticas com o governo de S. M. a Rainha Vitória.

A insolência de William Douglas Christie chegou ao ponto de, em relação à prisão dos dois oficiais de marinha, pretender que o nosso governo demitisse o comandante da guarda daquele posto, castigasse severamente a respectiva sentinela e fizesse censura pública ao chefe de polícia e ao subdelegado do distrito; e, quanto ao caso da barca naufragada, que fôsse paga, em determinado prazo, vultosa importância a título de indenização pelos supostos roubos dos salvados; que fôsse instaurado processo criminal contra os indigitados autores de tais roubos, intervindo nesse processo um representante do governo inglês, — tudo isso sob pena de serem apreendidos, pelos vasos da marinha britânica, os navios mercantes brasileiros ao entrarem na baía de Guanabara!!!

De fato, terminado o prazo estipulado, a população da cidade do Rio de Janeiro assistiu, tomada de profunda indignação, à inominável violência do apresamento, defronte das fortalezas da barra, de cinco navios costeiros que se dirigiam para o pôrto, os quais foram levados para a ilha das Palmas.

O povo carioca bramiu de patriótica revolta diante de tamanha audácia e petulância.

Não fôra a prudência do governo que, aliás, nenhuma diminuição sofrera em sua dignidade, não fôra o bom senso, a calma de D. Pedro II, que se manteve à altura de tão angustiosa situação, impedindo com os seus conselhos, com as suas ponderações, que o povo, a cuja frente se achava Teófilo Otoni, passasse, desde logo, a exercer vinganças contra a legação, casas e súditos ingleses, certamente nesse e nos subsequentes dias teria havido, não só ali, na capital do Império, como nas Províncias, uma verdadeira hecatombe que traria graves consequências para o País, pois que a indignação popular não ficou circunscrita ao Rio de Janeiro, senão a tôdas as capitais onde ia chegando a notícia do selvagem atentado à nossa soberania, ao nosso pundonor.

Tudo, porém, se resolveu de modo digno para o Brasil. O governo deliberou pagar, sob protesto, três mil e duzentas libras esterlinas, acordando-se que os casos seriam solucionados por arbitramento, sendo para isto escolhido o Rei da Bélgica, ficando, entretanto, suspensas as relações diplomáticas com a Inglaterra.

Afinal, a 18 de junho de 1863, o laudo de Leopoldo I (tio da Rainha Vitória) julgou a questão a nosso favor, mandando que a poderosa Albion reatasse as relações com o Brasil e lhe desse plena satisfação. Mas, do alto de seus coturnos, a orgulhosa Grã-Bretanha recusava-se ao cumprimento do laudo do Soberano belga. Depois, refletindo mais judiciosamente, reconheceu que capricho com prejuízo é refinada tolice, e arranjou que D. Luís I, Rei de Portugal e sobrinho de D. Pedro II, interviesse na questão no sentido de serem feitas as pazes. D. Luís dirigiu-se ao tio sobre o assunto, mas o nosso Imperador respondeu-lhe que não era êle o ofendido, a quem cumpria fazer qualquer proposta. Continuou-se, pois, no *statu-quo*.

Compreendeu o governo inglês que essa situação não convinha aos interesses pecuniários de seu país, de quem o Brasil fôra um freguês de primeira ordem, e entendeu mais conveniente mandar um embaixador, Edward Thornton, dar satisfações ao Brasil.

E tão pressuroso vinha o diplomata que, não encontrando D. Pedro II, no Rio de Janeiro, não trepidou diante da penosa viagem à Uruguaiana, onde fôra êle assistir à rendição do corpo de exército paraguaio comandado por Antônio Estigarribia, e aí, em pleno acampamento, apresentou ao Imperador as suas credenciais, fêz-lhe também entrega de uma carta particular do próprio punho da Rainha Vitória,

pronunciando em francês um discurso repleto de gentilezas, dizendo dos sentimentos de simpatia de sua Soberana para com o Brasil.

D. Pedro II, com a circunspecção que lhe era peculiar, respondeu, também em francês, em breves palavras, declarando aceitar a satisfação do governo inglês e considerando reatadas as interrompidas relações com a Inglaterra.

Se conhecesse a frase do Tenente-Coronel Inácio Corrêa de Vasconcelos (o *Canivetinho*), quando presidente do Ceará, D. Pedro II poderia ter dito de si para si: — “Já o seu Alencar me escreve!”

Como afirmamos acima, a insolência de Christie causou em todo o Brasil a mais vibrante indignação e foi motivo para as mais expressivas manifestações de aprêço e de solidariedade ao nosso Imperador, pela atitude digna que soube manter em tão irritante emergência.

O Ceará não cruzou os braços diante da prepotência inglesa. Ao contrário, ao ter notícia de que o Brasil rompera as relações com a Inglaterra, a Guarda Nacional de Fortaleza, interpretando os sentimentos do povo cearense, mandou ao excelso Monarca a mensagem que abaixo transcrevemos, verdadeiro preito patriótico, firmado por homens dignos, pertencentes ao escol social da época e que bem souberam corresponder ao aprêço em que eram tidos.

Talvez desconhecida da geração que vai passando, julgamos dever tirá-la do olvido em que se acha, homenageando, assim, a memória dos seus signatários, após oitenta e dois anos decorridos.

Ei-la:

— “A S. M. o Senhor D. Pedro II.

“Senhor:

“A sem razão com que uma nação estrangeira, abusando de sua força, tentou marear a bandeira nacional, não podia deixar de consternar a todos os corações brasileiros, e de chamar em derredor do trono de seu augusto Monarca todos os seus fiéis súditos para sustentarem e defenderem tão sagrados interesses.

“Mas a maneira briosa e cheia de dignidade com que o sábio governo de Vossa Majestade Imperial resolveu tão desagradável conflito com a legação britânica também deve encher de satisfação e penhorar aos que prezam a honra e a dignidade nacional.

“O Batalhão n. 2, de fuzileiros da Guarda Nacional do Ceará, não podia ficar insensível a tão importantes acontecimentos. E é por isso que, tomando parte no regozijo nacional pelo sucesso brilhante que teve o governo de Vossa Majestade Imperial, pede licença para levar aos pés do trono de Vossa Majestade Imperial a expressão sincera de seus sentimentos de gratidão e os protestos de adesão, homenagem e dedicação à sagrada pessoa de Vossa Majestade Imperial.

"Quartel do Batalhão n. 2, de fuzileiros da Guarda Nacional da cidade de Fortaleza do Ceará, 30 de janeiro de 1863.

"Joaquim da Cunha Freire, tenente-coronel comandante.

João Mendes Pereira, capitão.

José de Paula Ferreira Campa, capitão fiscal.

Bernardo Pinheiro Teixeira, capitão.

Tito Nunes de Melo, capitão.

José Nogueira de Holanda Lima, capitão.

Francisco José de Oliveira, capitão.

Alcino Gomes de Matos, capitão.

Urcesino César de Melo Padilha, tenente-quartel-mestre.

Vicente Ferreira Façanha, tenente.

Tomaz Lourenço da Silva Castro Júnior, tenente.

Augusto Carlos Rodrigues, tenente-ajudante.

José Barroso, alferes.

Cândido F. Carneiro Alves, alferes.

Antônio da Silva Albano, alferes.

João Corrêa do Amaral, alferes.

Francisco Adrião de Paula Freire, alferes.

José Bonifácio de Abreu, alferes.

João da Silva Braga, alferes.

Francisco José de Souza, alferes.

Antônio Nogueira de Holanda Lima, alferes."

Certamente já não existe nenhum dos signatários da mensagem patriótica acima transcrita; todos, porém, estão redívivos na saudade e na lembrança dos seus descendentes, daqueles que os amaram e os não esqueceram.

A memória daqueles nossos antepassados, rendemos, nestas linhas, o culto humilde mas sincero de nossa veneração.

Ilhéus (Bahia), fevereiro de 1945.